

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**FEDERALISMO, FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO: ALICERCES PARA O
SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL**

Luis Gustavo Molinari Mundim (luismolinari@gmail.com)

O trabalho aborda os alicerces para a consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) no Brasil a partir de três eixos indissociáveis: o arranjo federativo, as estratégias de financiamento e a participação social. Como estudo de caso, analisa-se o Programa ICMS Patrimônio Cultural de Minas Gerais, uma política pública pioneira que, desde 1995, se estabeleceu como um modelo bem-sucedido de federalismo cooperativo. Ao atrelar repasses de receita tributária ao desempenho dos municípios em ações de proteção, o programa induz a municipalização da gestão e fortalece as capacidades institucionais locais. A sua longa trajetória revela a acumulação de vasto acervo sobre o patrimônio municipal com o qual se propõe a estruturação de um Observatório do Patrimônio Cultural, utilizando essa base de dados para gerar indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas. A plataforma, iniciada com a experiência mineira, serviria como piloto e base metodológica para um sistema de informações ao futuro SNPC.

O artigo explora também como essa experiência estadual oferece um paradigma prático para o desafio crucial do financiamento do SNPC. A discussão é contextualizada pela atual iniciativa do IPHAN, o projeto "Andanças do Patrimônio", que promove um amplo processo de participação social em todo o território nacional para construir as bases do 1º Plano Setorial e do marco regulatório do sistema. Argumenta-se que a metodologia e os resultados do ICMS mineiro – que comprovam a eficácia de incentivos financeiros para a capacitação de gestores e o fortalecimento do controle social – devem servir como uma referência estratégica para os diálogos promovidos pelas "Andanças".

Este debate ocorre em um cenário de urgência e oportunidade: a reforma tributária em curso no Brasil. Ao mesmo tempo que a extinção do ICMS ameaça a sustentabilidade do modelo mineiro, ela abre uma janela para negociar a inclusão de um mecanismo similar no novo sistema tributário nacional. A experiência de Minas Gerais oferece, assim, um roteiro testado para a criação de um critério de repartição de receitas que valorize o patrimônio cultural, transformando uma vanguarda estadual em um dispositivo de alcance nacional.

Finalmente, para garantir a resiliência do futuro sistema, discute-se a necessidade de diversificar as fontes de fomento, conforme as diretrizes do próprio projeto "Andanças", que prevê o fortalecimento das cadeias produtivas e a sustentabilidade econômica. O trabalho explora a complementaridade de outros mecanismos, como a criação de Fundos Patrimoniais, a otimização das Leis de Incentivo Fiscal e o acesso a fundos de cooperação internacional associados ao desenvolvimento sustentável e à agenda climática, temas centrais para o debate contemporâneo do patrimônio. Propõe-se, assim, uma estratégia integrada que aproveite o momento político para consolidar um sistema nacional de patrimônio cultural mais robusto, participativo e sustentável financeiramente.

Palavras-chave: sistema nacional de patrimônio cultural (snpc); políticas públicas culturais; federalismo; financiamento do patrimônio cultural; participação social; icms patrimônio cultural; reforma tributária; iphan; iepha; observatório do patrimônio cultural; sustentabilidade.

